

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

GHIRSHMAN (Roman). — *L'Iran des origines à l'Islam*. Paris. Éditions Albin Michel. (Coleção "L'Évolutions de l'Humanité"). 1976. 140x200. 376 pp.

Nesta obra o autor faz uma ampla e minuciosa exposição da arqueologia, historia e civilização dos povos que sucessivamente habitaram o Planalto do Irã desde as origens pré-históricas até o advento do Islamismo. Roman Ghirshman é abalizado especialista e profundo conhecedor da história do Irã. Consagrou mais de quarenta anos à busca e pesquisa arqueológica no Iraque, no Afeganistão e sobretudo no Irã. Na composição da obra, serviu-se das mais importantes descobertas, notadamente os vestígios das civilizações do Planalto Irariano.

A obra traz uma vasta documentação gráfica com 103 desenhos baseados em documentos arqueológicos originais e 5 mapas que ilustram sucessivamente cada assunto exposto. A obra contém ainda 24 fotografias que ajudam o leitor a melhor compreender a cultura milenar dos povos do Planalto. É uma obra que prima pelo espírito de clareza e de síntese.

A excepcional situação geográfica fez do Irã um país herdeiro das mais ricas e valiosas civilizações de toda Antiguidade. Situado entre o mar Cáspio e o Golfo Pérsico, o Irã tem o formato de um vasto triângulo delimitado por montanhas que se elevam em volta de uma depressão central desértica. A vida desenvolveu-se nos vales das grandes cadeias de montanhas e nas planícies internas e externas. O Irã sempre foi o nó de encontro dos caminhos que ligam o Oeste e o Leste. Por aí passavam as antigas rotas comerciais como a da seda e das especiarias.

A obra está dividida em 5 capítulos:

I. — *Pré-História*. No decorrer dos séculos, inúmeros grupos técnicos invadiram a região, estabelecendo várias comunidades das quais a mais antiga é a de Sialk. Durante o III e o II milênio a.C, ali se instalaram, entre outros, os guti, os lulubi, os cassitas e os elamitas, tendo estes últimos fundado uma importante civilização, com capital em Susa.

O gosto pela arte manifestou-se primeiramente na escultura em ossos e mais tarde na pintura em vasos de cerâmica com predominância dos desenhos pretos em fundo vermelho. Sabe-se relativamente pouco da religião dos primitivos habitantes do Planalto. Ligavam a origem da vida à uma deusa. Sua concepção religiosa explica o matrimônio entre irmãos e mãe e filho.

(*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

Na metade do quarto milênio a.C. houve uma ruptura na unidade da civilização. A existência de cerâmica cinza-preta, ou não colorida e de formato diferente, como também objetos de adorno encontrados junto aos mortos, sepultados no interior das próprias casas, levam a crer que houve uma lenta infiltração estrangeira, inicialmente mesopotâmica e depois também de outros povos vizinhos, no seio das comunidades autóctones em todo o Planalto.

No segundo milênio a.C. o Planalto do Irã foi invadido por povos indo-europeus, especialmente euro-asiáticos do sul da Rússia. Houve dois grupos de movimentos migratórios: um tomou o rumo ocidental e formou confederação hitita e o outro, oriental, mesclou-se com a população local e formou o reino de Mitani.

Liderados por uma aristocracia governante constituída por membros dessas tribos invasoras, os cassitas conquistaram Babilônia dominando-a por cerca de seiscentos anos. É possível que tenham também ocupado o Elam entre o século XVI e o século XIV a.C. Os elamitas, entretanto, a partir do século XIII a.C. rebelaram-se contra o domínio cassita e iniciaram uma política de conquistas, invadindo Babilônia e estendendo seu controle até Persépolis. São, porém, novamente dominados por Nabucodonosor I. Daí em diante os povos do Planalto viram sua influência declinar, sobretudo por motivo do crescente poderio assírio.

I. — *A vinda dos Arianos.* Dois acontecimentos de capital importância e sem conexão um com o outro marcaram a primeira metade do primeiro milênio a.C. os povos da Ásia ocidental: nova onda de invasões vindas da mesma região e pelos caminhos que a precedente e o uso largamente difundido do ferro. Este movimento migratório trouxe ao Planalto os povos da raça irariana. Durante aproximadamente cinco séculos, por um processo de afirmação política e de absorção da população aborígine, os irarianos formaram sua própria civilização.

Desenhos em vasos e outros objetos mostram seus costumes e preocupações da vida cotidiana. Sob o império da possante classe social dos cavaleiros, a pré-histórica cidade de Sialk transformou-se em cidade fortificada. Pequenos e grandes reinos vizinhos foram gradativamente conquistados e anexados. A forte centralização do poder deu origem à formação de grupos sociais: o rei, os nobres, os livres e os escravos. Sobre um fundo asiático mais ou menos absorvido pelas tribos iranianas, veio a enxertar-se esse povo de cavaleiros e de guerreiros, povo que na sua migração e nos seus raids de pilhagem e devastação, percorreu vastas regiões da Ásia ocidental, vindo a constituir o precioso elemento para o jovem Estado meda em plena expansão. O período de instalação dos iranianos foi longo e laborioso. A morosidade da unificação explica-se pela índole da população e pelas condições físicas, geográficas e climáticas.

III. — *Leste contra oeste.* No curso do segundo terço do primeiro milênio a.C. desenvolveu-se essencialmente a história do Império que

os Aquemênidas formaram pelo sucesso de suas armas. Outros povos continuaram subsistindo, mas o Império ocupou o primeiro plano e em torno dele gravitaram os grandes acontecimentos. O Irã deve aos Aquemênidas sua concepção de Estado e sua formação. Sua perenidade e sua independência são um legado que deram à posteridade.

Medos e persas pertenciam à mesma raça iraniana e suas línguas eram quase idênticas. A ascensão de Ciro foi apenas uma revolução na dinastia meda reinante e que de modo algum afetou o Império. Enquanto os medos consolidaram seu domínio no norte do Planalto, os persas se estabeleceram no sul, em Parsa e Anshan. O esgotamento do Elam na luta contra Assurbanipal deu aos persas a oportunidade de estender seus domínios para o ocidente. Susa, antiga capital elamita, caiu em poder de Ciro que a transformou em capital do oriente.

O império formado pelos dois reinos exerceu o papel de intermediário e de agente de ligação entre as civilizações ocidentais e extremo-orientais. Havia duas preocupações na política externa aquemênida: no ocidente eram as bases marítimas dos gregos e no oriente a ameaça dos povos do mundo não civilizado ao longo de uma vasta fronteira.

Ciro morreu combatendo os nômades do Irã oriental, passando a coroa a seu filho Cambises. Este, era homem de Estado experimentado e de uma natureza bem diferente do pai. Preparou-se imediatamente para a conquista do Egito, levada a cabo após a derrota de Psamético III na batalha de Pelusa. Com essas conquistas, o império aquemênida se estendia do Mediterrâneo até o rio Indo.

Dario, o sucessor de Cambises, consolidou a organização do vasto império. Impôs uma sábia política, não de violência mas de respeito para com a língua, as particularidades, as instituições, a religião e a arte de cada povo. O autor da obra, Roman Ghirshman, descreve longa e minuciosamente a vida política, religiosa, literária, artística, econômica e social dos persas na sua fase de apogeu com também os feitos e empreendimentos dos soberanos sucessores de Dario até o reinado de Artaxerxes.

Nessa época o mundo estava dividido em dois blocos muito diferentes: o Império Aquemênida e a Grécia, cada um com sua força militar e economia equilibrada, cada um com a tendência de estender sua forma de vida ao resto do mundo.

IV. — *Oeste contra leste e a reação do oriente.* O advento de Filipe da Macedônia e de seu filho Alexandre, o grande, converteu o antigo rival grego na grande potência do Mediterrâneo oriental. Na primeira parte do capítulo o autor descreve detalhadamente o itinerário de Alexandre na conquista do império Persa.

O imenso império que Alexandre havia conquistado e posto as bases, não sobreviveu. Após a sua morte, em junho de 323 a.C. em Babilônia, o império foi dividido entre seus generais. A organização política do mundo

se estabilizou com três reinos: uma monarquia macedônia na Europa; uma monarquia lágida no Egito; uma monarquia selêucida na Ásia. O vasto território dominado por Selêuco era difícil de conservar. Além das guerras constantes com os Ptolomeus do Egito, os sucessivos reis da Pérsia viram-se a braços com revoltas frequentes. Em 247, os Partas fundaram um reino independente enquanto os gregos da Bactria estabeleciam ali um estado autônomo. Em vão os selêucidas tentaram manter seu controle efetivo sobre o conjunto do império. Antíoco III sufocou rebeliões na Média e em Pérsida, obtendo inclusive, algumas vitórias contra os partas e a Bactriana. Reconheceu, porém, ser impossível conservar aquelas regiões longínguas sob permanente domínio e assinou tratados de paz com seus súditos rebeldes. A derrota militar dos selêucidas pelos exércitos romanos tornou seu poder ainda mais precário e causou a defecção da Armênia e a extensão do domínio da Bactriana sobre várias províncias orientais do império. Antíoco IV foi o último grande rei selêucida. Conseguiu, de certo modo, restabelecer a influência da dinastia reinante na fronteira leste mas morreu sem realizar seu projeto de reincorporar a Pártia e a Bactriana ao império selêucida.

A arte do período que se estende sobre dois séculos entre a queda da dinastia aquemênida e a reconquista do Irã pelos Partas é ainda mal conhecida. As obras carecem de coesão como todo o país e, refletindo a profunda perturbação que afetou a civilização irariana, podem ser agrupadas em três categorias: 1. — arte irariana propriamente dita; 2. — arte greco-irariana; 3. — arte helênica. O período selêucida está marcado por uma grande expansão da cultura em direção da Europa do sul, especialmente Itália.

Fraate I e Mitridates I da Pártia haviam anexado várias regiões na fronteira leste e em seguida conquistado a Média e Babilônia. Em 130, Antíoco VII atacou os partos mas foi vencido com o que os selêucidas perderam todos os seus domínios a leste do rio Eufrates.

A Pártia se estendia do Eufrates até quase o rio Indo e compreendia ao sul numerosos reinos vassalos. Vivia em permanente estado de alerta contra as incursões de povos nômades vindos do oriente, e dos romanos, através da fronteira ocidental do império. Desde o tempo de Pompeu, Roma tencionava apodeiar-se da herança de Alexandre-o-Grande. As tentativas de Crasso e Marco Antônio foram desastrosas para os romanos, resultando na tomada da Síria pelos Partas. O imperador Augusto preferiu adotar uma política pacífica no que se refere à Partia.

Daí por diante, os seguintes imperadores romanos invadiram a Partia, chegando muitas vezes à capital inimiga. Tais invasões debilitaram consideravelmente a dinastia arsácida. Esta acabou derrubada, cerca de quatrocentos anos depois de seu advento, por um monarca de Pérsida o qual fundou a nova dinastia dos sassânidas, que reinou na Pártia até 636.

V. — *Expansão da civilização Irariana.* A renascença do Irã, obra de uma nova dinastia, teve como foco, a província de Fars, no sudoeste onde se haviam fixado as primeiras tribos do povo persa. Criaram um estado nacional que se apoiava numa religião nacional e numa civilização que foi a mais iraniana de todas aquelas que os Persas haviam criado no curso de sua longa história. A constituição de um forte poder central, a formação de um exército regular bem treinado, uma organização interior minuciosa confiada a uma administração controlada, permitiu ao Irã regenerado, seguir o caminho que os últimos arsácidas haviam traçado, e alcançar um poder tal que o mundo civilizado parecia estar partilhado entre ele e Roma.

No plano exterior, os Sassânidas sustentaram incansavelmente e com sucessos intermitentes, a luta em três frentes: contra Roma no oeste, contra os Kushans no leste, e os nômades ao norte. A espinhosa questão com a Armênia absorveu grande parte de suas forças sem nenhum resultado definitivo. Esta luta de quatro séculos com o país vizinho sangrou gravemente o povo iraniano sem que a situação interior do império pudesse trazer um remédio para o restabelecimento do equilíbrio.

As prolongadas hostilidades internas e externas haviam enfraquecido os Sassânidas, que não puderam resistir a investida de um novo poder emergente, o dos árabes. Unificados sob a bandeira do Islam, os árabes desafiaram e venceram pelas armas os dois impérios mais poderosos da época: o bizantino e o persa. Após a conquista da Síria, os exércitos muçulmanos derrotaram as forças persas e entraram em Ctesifonte (637). O rei Yezdegerd III fugiu para a Média, onde tentou reorganizar suas tropas. A batalha de Hahavand, travada em 641, deu a vitória aos árabes e o último sassânida, buscando refúgio em várias províncias, foi assassinado em 651, perto de Merv. Embora vencidos militarmente, numa longa luta pacífica, no entanto, a civilização iraniana milenar, ganhou a causa.

O Irã de hoje, ainda que bastante transformado pela influência do ocidente, mas, fiel às suas tradições, reocupa o centro político, econômico e cultural dos povos dessa parte da Ásia. Seu lugar geográfico, suas imensas riquezas naturais, sua população laboriosa nutrida das tradições de uma das mais antigas culturas do mundo, lhe asseguram, para o futuro, no concerto dos povos, um lugar digno de seu passado.

VALBERTO DIRKSEN

* * *

REICHERT (Rolf) (Dr.) . — *História de Palestina, dos primórdios aos nossos dias.* Editora Herder. — Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. — 1972, 411 páginas.

O autor se propõe a nos dar uma História da Palestina desde a proto-história até nossos dias, isto é, 1970. A maior parte do livro porem

é dedicada à questão do Oriente Médio, à luta entre palestinos e israelis, conforme denominação do autor que são os "cidadãos do Estado de Israel, na sua grande maioria, de religião judaica". Da proto-história até a ocupação britânica, após a Primeira Grande Guerra Mundial (1914/8) temos 228 páginas. As restantes, iniciandô-se no capítulo XI *Pax Britannica*, procura explicar as origens dos conflitos árabe-israelense e relatos sobre os mesmos até 1970. Como o próprio autor escreve. Os três últimos capítulos deste livro foram escritos antes dos demais, havendo sido concluídos em agosto de 1969. Os acontecimentos dramáticos do ano de 1970, sobretudo a guerra fratricida de setembro, na Jordânia, exigem uma complementação. Complementação, bem entendido, e não emenda, visto que os prognósticos do capítulo XIII foram confirmados pelos acontecimentos" (pg. 393), há parece-me, uma preocupação maior com o conflito árabe-israelense, buscando suas origens e prováveis soluções.

"O livro é fruto da reelaboração de um curso sobre a História da Palestina, ministrado em 1968, no Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia" (Capa do livro) pelo professor Rolf Reichert.

O autor no prefácio, deseja refutar o mito da tradicional inimizade entre judeus e árabes. Os conflitos graves não surgiram após o século XIX com a penetração dos europeus no Oriente Médio, ingleses, franceses, alemães, russos, mas principalmente os dois primeiros.

Descrevendo a História da Palestina, dá-nos uma visão da História do Crescente Fértil na Antiguidade, mostrando-nos que a Palestina existia como Estado Independente quando os Grandes Impérios estavam em guerra entre si ou então em decadência, e que sua posição geográfica sempre foi uma cobiça para os grandes conquistadores, pois é a passagem obrigatória entre o Egito e a Ásia Menor, ou então era tolerada sua existência para contrabalançar influências entre impérios poderosos.

Após a queda dos Impérios Orientais da Antiguidade, conheceu a Palestina a conquista de Alexandre e a helenização e, posteriormente, a *Pax Romana*. Enquanto nos vai descrevendo a História da Palestina, a História Universal segue ao mesmo tempo: Bizâncio, nas suas lutas contra os Sassânidas, a expansão do Islame e seus conflitos internos e com Constantinopla, as Cruzadas e os "estados cristãos" que surgiram no Oriente Próximo, bem como os interesses das cidades italianas no Oriente e o surgimento dos Mongois na Ásia Menor. Neste quadro todo, a Palestina é uma administração que depende deste ou daquele Império. Jerusalém após a sua destruição pelos romanos e posterior reedificação tem apenas importância religiosa.

Após o Cruzadismo, o mundo árabe passou a dominar a Palestina, que conheceu no fim do século XVII a chegada dos franceses de Napoleão. No século XIX, a expansão colonialista européia trouxe o início dos conflitos na Palestina, ingleses, franceses, sem esquecer a Rússia Czarista que tem interesse sobre Constantinopla, que desde 1453 é capital dos sultões otomanos.

Com o fim da Primeira Grande Guerra Mundial, o Império Otomano, na Ásia Menor, com exceção do planalto de Anatólia, foi dividido em zonas de influências britânicas ou francesas. A Palestina conhecerá a *Pax Britannica*.

Os acontecimentos posteriores a 1918, com Hitler no poder, auxiliarão á expansão das idéias sionistas, que, segundo o autor, é um dos responsáveis pelos conflitos na região. A partir da *Pax Britannica*, desenrolam-se os "porquês" do conflito e as consequentes guerras envolvendo Israel, Egito, Síria, Jordânia, Iraque diretamente e indiretamente o chamado "Mundo Árabe", bem como as interferências dos Estados Unidos da América, U.R.S.S., França, Inglaterra, China e a platônica e inoperante O.N.U., que é uma digna representante da finada Liga das Nações. Buscam todos seus interesses, menos os dos palestinos e, como consequência, o nascimento dos movimentos clandestinos palestinos, o terrorismo, que é a luta que os Israelis enfrentam atualmente. Como no período da *Pax Britannica*, as autoridades britânicas enfrentavam os guerrilheiros sionistas, um dos responsáveis pela criação do "Estado de Israel".

LINCOLN ETCHEBEHERE Jr.

* * *

GONÇALVES (Oliveira Leite). — *Cristo e a Contestação Política — Relacionamento de Cristo com o partido Zelota*. Editora Vozes Ltda. Petrópolis 1974, 183 páginas.

O autor diz que "a causa mais importante da ruína e destruição de Israel foi o movimento de resistência dos zelotas, revolucionários idealistas e fanáticos que, embebidos do ideal religioso e político da soberania de Israel, levaram o povo a se insurgir contra o poderio de Roma, a qual esmagou impiedosamente a luta pela independência dos judeus, destruiu Jerusalem, incendiou o Templo e dispersou os judeus pelo mundo" (pg. 9).

"O Cristianismo também, que nasceu do ambiente judaico-palestino, realizou uma diáspora (voluntária) pelas nações, ultrapassando os limites do povo judeu e se estendendo por todos os povos, sem exceção de países e nem de raças. Assim, ele se difunde pelo mundo como uma das forças que passaram a transformá-lo.

Cristianismo e movimento zelota são, pois, duas forças que surgem simultaneamente no seio do mesmo povo. Jesus nasce contemporaneamente com o aparecimento de Judas, o Galileu e Sadoc, líderes de um movimento de libertação, que concitavam o povo para um levante, no ano 6 d.C." (pg. 9).

Quando Jesus passou a propagar sua doutrina entre os seus, o movimento já estava em atividade por três décadas. Portanto Jesus prega e convive com uma população que conhecia os ideais dos zelotas. Autores afirmam que Jesus foi um zelota, outros entretanto que era chefe de um movimento para-

zelota, pois o Cristianismo e zelotismo eram movimentos afins no seu início e outros que eram movimentos contrários entre si.

O objetivo da obra é ver o "tipo de relação que existiu entre Jesus e o movimento de libertação do seu tempo" (pg. 10).

A obra de Flavius Josephus foi a obra básica citada a fim de retratar o ambiente da Palestina na Antiguidade em relação ao zelotismo, apesar do autor, filo-romano, considerar os zelotas como revoltosos de má índole, cuja acusação Oliveira Leite Gonçalves refuta. Buscando outras fontes religiosas e laicas, vai contra Flavius Josephus, bem como dá interpretações as mesmas.

Dando uma visão política da Palestina, onde o descontentamento contra o dominador romano era grande, o autor nos apresenta a origem dos grupos políticos religiosos, todos ligados com o Templo de Jerusalem.

No período helenístico, na época da reação dos macabeus, surgiram os "homens piedosos" (*Hassidim*) "(que depois passam a chamar-se de "separados" (*Perushim*) e que por este motivo começam a ser conhecidos como fariseus; rompem com os macabeus por discordarem do fato de os mesmos assumirem funções que entre o povo judeu eram tradicionalmente separadas; sacerdócio e realza (A. 13, 10, 5)" (pg. 43).

Os saduceus, cuja origem de nome é controvertida, "são recrutados essencialmente entre a classe sacerdotal, sem se confundirem com os sacerdotes, pois havia leigos de classes ricas também. Sua influência, no início da nossa era, não ultrapassava as fronteiras do templo. Eram soberbos, ativos, vivendo distantes do povo, sem nenhuma influência sobre ele" (pg. 45).

"No ambiente judaico, representam os conservadores, os partidários do *statu quo*, tanto em matéria política, quanto em matéria religiosa" (pg. 43), portanto acomodados com a dominação romana.

Essênios, cuja origem "deu margem a grandes discussões entre os especialistas" (pg. 47), viviam na região do Mar Morto com aspecto de vida monástica. São opositores "aos sacerdotes do Templo de Jerusalem, que, para os essênios, eram aberrações do culto verdadeiro bem como do puro e legítimo sacerdócio sadocita" (pg. 48). Politicamente eram contrários ao domínio romano.

Zelotas "eram homens de têmpera de aço. Movidos por ideais religiosos, marcaram profundamente a vida política de Israel, de forma tal, que foram o verdadeiro motivo da derrocada sofrida então por Israel na luta contra os romanos, onde foram os verdadeiros vencidos. O último lampejo do zelotismo de que temos conhecimento foi a rebelião frustrada de Barkochva, em 135 d.C. sob o império de Adriano" (pg. 50).

Oliveira Leite Gonçalves apresenta a conjuntura sócio-econômica da Galiléia, por ser a região onde viveu Jesus e floresceram os movimentos de libertação, (pg. 53/6). Apresenta-nos depois a conjuntura religiosa da Palestina (pg. 57/74) onde há o messianismo que tem uma importância vital para o movimento zelota. Procura também a origem do termo, bem como

suas implicações, seus ideais e seus modelos que, combativos contra os adoradores dos falsos deuses, serviam-lhes de estímulo em sua luta. Os zelotas esperavam ardentemente a vinda de um reino messiânico, de um Libertador que expulsasse o estrangeiro e restabelecesse o Reino de Israel. Repudiando o domínio estrangeiro de Roma e com suas esperanças messiânicas, impunham-se entre o povo, que também estava descontente com o dominador. A *Pax Romana*: somente com a força, conseguia se impor na Palestina.

Jesus, segundo o autor, possuía muito das características dos zelotas, devido ao seu messianismo, se bem que Seu Reino não fosse deste mundo, no que Ele insistia; sua atração pelo deserto, seus atos, suas palavras, sua linguagem e suas atitudes. A vida pública de Jesus é marcada por zelotismo, pois Ele é também galileu e a Galiléia é o foco dos zelotas.

Para as autoridades, os zelotas são terroristas que agem com seus punhais, encobertos debaixo das roupas, no meio das multidões e que lutam contra Roma.

Descreve o autor a vida pública de Jesus, seu processo, julgamento e condenação, relacionando os fatos com o zelotismo. Barrabás, para o autor não era um ladrão, mas pode ser um dos muitos rebeldes que abundavam na época.

O messianismo entre a multidão, trabalhada pelos zelotas, e o messianismo de Jesus eram diferentes: "o messianismo guerreiro e político e o messianismo do Filho do Homem, cujo "Reino não é deste mundo (Jo. 18, 36)" (pg. 168).

Entre romanos e zelotas também há confrontos "o romano, cujo apoio principal era o poder dos exércitos e cuja finalidade era o domínio do mundo, numa busca de auto-afirmação de que nenhuma nação era mais poderosa do que o Império de Roma. E assim sendo, todos os povos deviam aceitar sua supremacia, sujeitar-se e prestar-lhe absoluta vassalagem. De outro lado, estava o idealismo zelota, cujo ponto de apoio mais importante era a fé no poder supremo de Javé, seu único Deus e Senhor. A verdadeira decisão do conflito, conforme a crença arraigada dos zelotas, seria feita por Deus, através do Messias, seu enviado especial. A esperança deles, portanto, não repousava sobre o poder das armas, conforme acontecia com os romanos; repousava, sim, na ação miraculosa de Deus" (pg. 169).

Jesus desilude aos zelotas, pois o seu fim foi a crucificação, tipo de morte reservada aos escravos. Não tomou parte na disputa, pois "o reino que ele anunciava é um reino para o qual todos os povos estão chamados". (pg. 169). "Assim sendo, sua preocupação não era com a sorte dos judeus e do estado judeu mas com a humanidade". (pg. 170).

Concluindo, Jesus não foi um zelota, conforme afirma o próprio autor, não formou um novo partido. Seus seguidores tinham por objetivo anunciar que "O Reino dos céus está às portas". "Não se trata de um programa para ação humana, mas da proclamação de um ato de Deus" (pg. 171).

LINCOLN ETCHEBEHERE Jr.



BEUTIN (Ludwig) & KELLENBENZ (Hermann) . — *Grundlagen des Studiums der wirtschaftsgeschichte*. Verlag, Böhlau, 1973. 247 p.

A Böhlau-Verlag, Köln-Wien, quinze anos depois da 1ª edição, retomou a publicação da "Introdução à História Econômica", do consagrado Diretor do Seminário de História Econômica da Universidade de Albertus-Magnus, falecido em 1958, Professor Ludwig Beutin, agora sob o título de "História Econômica", em co-autoria de Hermann Kellenbenz.

Naquele ano, os discípulos de Beutin concluíram para a publicação os originais da *Introdução à História Econômica* que era, de um lado, o fruto da melhor meditação de um brilhante espírito aberto a todas as concepções, e, de outro, o resultado da prática da pesquisa histórica alemã, no pós Guerra, em história econômica.

Muita cousa, porém, com a morte prematura de Beutin, ficara incompleta e inconclusa.

O seu sucessor na Direção do Seminário de História Econômica, Professor Hermann Kellenbenz, hoje na Universidade de Erlangen-Nürnberg, continuou o trabalho, completando-o com respeito e fidelidade ao pensamento de Beutin.

Assim, foi sobretudo revisto o capítulo referente aos "Métodos de História Econômica" atualizado até às mais recentes posições em história quantitativa, bem como aquele totalmente novo relativo à "Historiografia da História Econômica", fornecendo um quase completo panorama da historiografia contemporânea em História Econômica.

A *História Econômica*, de Beutin — Kellenbenz é um instrumento indispensável de trabalho que trata dos métodos em História Econômica, focalizando as técnicas da coleta e da crítica das fontes, as relações com as demais Ciências Sociais, as aplicações estatísticas; os principais aspectos da História Econômica, como natureza e economia, população, economia e técnica, ouro, preço e salários, etc, até estrutura e dinâmica, crises e conjunturas.

O manual trata ainda das relações da História Econômica com as demais Ciências Sociais. É particularmente abundante, quase 50% do espaço tipográfico, na historiografia da História Econômica, desde os Antigos à *New Economic History*. São ricas as indicações bibliográficas fornecidas, inclusive para autores da Europa de Leste. São abordados finalmente aspectos da História Econômica na pesquisa e ensino, e a questão para onde vai a História Econômica face às suas novas posições técnicas e metodológicas.

CECÍLIA MARIA WESTPHALEN

* * *

SCARANO (Julieta). — *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino, no Século XVIII*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1976. 171 p. 21 cm. (Brasileira, 357). 3 apêndices e bibliografia.

Passando por uma fase de prodigalidade e na reedição de importantes obras esgotadas, mas sem descuidar da edição de novos lançamentos, a prestigiada Coleção BRASILIANA oferece ao público a tese de doutoramento de Júlia Maria Leonor (Julita) Scarano, professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (SP), tese elaborada sob a orientação do Prof. Sérgio Buarque de Holanda e defendida na Universidade de São Paulo, em outubro de 1969.

Não basta o entusiasmo natural de acolher a publicação de um trabalho de cunho universitário. É preciso mais. É mister ressaltar, dentre outros pontos, a feliz escolha do tema, a riqueza documental e a forma de tratamento dispensada.

O tema escolhido por Julita Scarano tem sido objeto de estudos, viáveis e regra superficial, especialmente aqueles que tratam da sirmandade s leigas em Minas Gerais. A exceção de poucos autores, com o Fritz Teixeira de Salles (*Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte, U.F.M.G. — Centro de Estudos Mineiros, 1963), o que se conhece são sempre obras que fazem simples alusão à existência das irmandades mineiras no século XVIII. Por seu turno, a presente obra, embora pretenda tratar tão somente de uma delas (como declara o seu sub-título), oferece-nos, na verdade, vasto panorama da dinâmica interna e da atuação deste sodalícios.

A riqueza documental não pode ser esquecida. Aliás, diríamos mesmo que aí reside o ponto alto do trabalho. Pela s referências às instituições nas quais a pesquisa das fontes primárias foi realizada, dentro e fora do país (Arquivo Público Mineiro, Arquivo do Arquiocese de Diamantina, Biblioteca Municipal de São Paulo, Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo do Tribunal de Contas — Lisboa, Arquivo Público e Biblioteca Distrital de Évora e Biblioteca Pública Municipal do Porto), bem como pelas fontes secundárias, vê-se bem a tarefa paciente e cuidadosa da autora, o que, por si, já nos demonstraria seu bom desempenho no *métier d'historien*, de que falava Bloch. Não é, portanto, trabalho apressado, gerando conclusões apressadas. Pelo roteiro de pesquisa enunciado na *Introdução* pode-se constatar a seriedade com que nela se deteve a Profa. Scarano. Seu trabalho resulta, assim, no produto natural de quem buscou por todos os meios e em todos os lugares o documento, a fonte primária, fazendo-o falar, muito s deles, e não a maior parte, pela primeira vez.

Pretendendo tratar de uma irmandade, o texto, com o ficu dito, foi além. A forma de tratamento encontrada pela autora permite-nos uma visão clara do funcionamento e da importância dessas associações no Brasil-Colônia, e, particularmente, na região mineradora. Assim, a s extrapolações e inferências não são feitas pelo leitor de maneira desordenada. A própria narrativa estabelece um estudo comparativo entre a confraria objeto da tese, suas congêneres de outras partes do Brasil e de Portugal à época e suas co-irmãs do

Distrito Diamantino. Por isso, a análise não isola o fenômeno. Antes, dá-lhe vida, na medida em que o situa no contexto social a que pertence, que o gera e transforma.

A obra divide-se em quatro partes. Na primeira (*As Irmandades*), subdividida em três capítulos, estuda, respectivamente, a "jurisdição eclesiástica e temporal", a "classificação social nas irmandades" e o culto de "Nossa Senhora do Rosário, protetora dos homens de cor". Merece destaque o primeiro, que trata das rivalidades e da disputa entre os dois poderes pela jurisdição sobre os assuntos eclesiásticos na capitania de Minas, onde a ausência de ordens religiosas levava o clero regular a toda sorte de desatinos. Aqui, mais do que em outras capitanias, os preceitos do Mestrado da Ordem de Cristo foram exercidos de maneira a não restarem dúvidas quanto à hegemonia real. De qualquer forma, fica caracterizado o peso do regalismo português sobre as irmandades, como se depreende, por exemplo, da Provisão de Julho de 1765, citada à p. 22.

Sendo de inspiração medieval, quando as corporações de ofício foram organizadas, as irmandades transplantadas para o Brasil sofreriam, obviamente, sua influência. A par de inúmeras diferenças, as associações mineiras guardaram não uma reserva de ordem profissional (como as corporações), mas de pigmentação. Esta é a temática do segundo capítulo. O terceiro analisa historicamente a adoção de Nossa Senhora do Rosário como orago da invocação dos homens de cor, antecedendo mesmo o Descobrimento do Brasil, e que em Lisboa, por obra dos dominicanos, desenvolvia intensa atividade (p. 34-48). Pelo estudo mais abrangente das irmandades, vistas aqui no contexto do sistema colonial, julgamos, repetindo, que é na primeira parte da obra que se deve buscar o seu ponto alto.

A segunda parte, também dividida em três capítulos, trata das "bases religiosas da Irmandade", da "irmandade e as relações econômicas" e da "irmandade e o auxílio mútuo". O primeiro capítulo aponta as razões do à religiosidade pelo homem da área mineradora, em particular do homem de cor. Mostra o seu total envolvimento na religião, desde o nascimento até a morte, esta "a presença mais palpável, que a todos parece trazer constante preocupação, mostrando que o Setecentos mineiro herdou e manteve essa maneira de ser que floresceu em determinados setores da vida medieval e barroca" (p. 53). O capítulo segundo estuda como uma associação de negros obtinha os fundos necessários e de que maneira os empregava. No último capítulo, pode-se ler como o auxílio mútuo, numa sociedade essencialmente instável como aquela, torna-se aspecto fulcral na atuação das confrarias, especialmente no que respeita à compra da alforria, auxílio-doença, alimentação de escravos presos e amparo à velhice de seus membros.

Na terceira parte (*Os Membros da Irmandade*) são estudados os associados, através de três categorias sociais: os "homens negros cativos", os forros e os pardos e os brancos, detendo-se mais exaustivamente nos primeiros,

não apenas por constituírem o elemento mais numeroso, como também aquele "que lhe deu caráter mais específico pelas características de sua peculiar situação jurídica".

A quarta e última parte, intitulada *A Irmandade e a Integração do Negro no Distrito*, apresenta a confraria como o único instrumento de inserção do negro na sociedade mineradora, para além da possibilidade de oferecer auxílio e receber proteção e amparo (p. 146). Como afirma a autora, "a irmandade era uma organização aceita, protegida pela ação pessoal de reis e eclesiásticos, que proporcionava ao homem de cor um instrumento para enfrentar situações de injustiça e sofrimento. Não transformava e nem mesmo tentava por fim à escravidão, mas na medida de suas possibilidades procurava diminuir seus malefícios" (p. 147).

Deve ser lembrado ainda que, seguindo boa norma de trabalho científico, a autora aponta, em mais de uma passagem, (p. 3, 5, 17, 19, 25, 26, 82 e 91), ricos veios para outras pesquisas, numa demonstração da inesgotabilidade do tema histórico.

Em resumo pode-se afirmar que a análise de Julita Scarano vem inscrever-se dentre aquelas que honram a pesquisa universitária e torna-se, pois, leitura imprescindível para quantos queiram compreender a existência e a ação das irmandades leigas no período colonial, mormente nas Minas Gerais.

CAIO CÉSAR BOSCHI.

* *

GÓNGORA (Mário). — *Studies in the Colonial History of Spanish América*
Transl. Richard Southern. London, Cambridge University Press,
(1975), 239 p. (Cambridge Latin American Studies, 20).

O propósito do livro do Professor Góngora (Universidade do Chile, Santiago) é tornar certos aspectos da História Colonial da América Espanhola mais acessíveis ao público universitário. O trabalho, intermediário entre a obra geral e a monográfica, não cobre todo o campo da pesquisa sobre o assunto, mas concentra sua atenção sobre alguns períodos e problemas significativos da América Colonial Espanhola.

Apresenta um glossário com 83 verbetes de termos específicos do período colonial espanhol e expressiva bibliografia, onde ressalta as principais fontes impressas e obras selecionadas usadas na elaboração do trabalho.

Estruturam a obra sete ensaios, compreendendo aspectos como o processo de Conquista, a Dominação e o fim do Império Espanhol:

1. — Os Conquistadores e as recompensas da Conquista.
2. — O Império Espanhol nas Índias: do Cristianismo ao Sistema de Sistema de Nações Unidas.
3. — As instituições e idéias fundamentais do Estado Espanhol nas Índias.
4. — Tendências da História Colonial e mudanças nas idéias fundamentais: o caso do sistema de trabalho nativo.

5. — O Iluminismo, o Despotismo Esclarecido e a crise ideológica nas Colônias.
6. — O Novo Mundo nos escritos escatológicos e utópicos do século XVI ao século XVIII.
7. — O problema da periodização da História pós-colombiana

A conquista espanhola da América foi, fundamentalmente, marcada por traços básicos cristalizados na Reconquista da Península e nas primeiras expedições ultramarinas para a Sicília, Sardenha, Bizâncio, África e Canárias, onde a iniciativa particular, através de grupos formados pelo *caudillo* e sua *comuña*, estimulados pela concessão de privilégios garantidos nas Capitulações, ocupou papel básico. O comércio representou, em tais empresas, aspecto secundário, marcadas que foram pela aventura e pela pirataria. Já a empresa americana aparece estruturada nos moldes de feitorias comerciais, tais como as portuguesas, aliadas à iniciativa particular. Persistiu, porém, no governo e na conquista da América o legado da Espanha Medieval, embora o estágio da caça e da escravização do índio, da simples coleta e apropriação de tesouros, tenha dado lugar ao da dominação e exploração baseados principalmente no sistema de *encomiendas*.

Essencial para o entendimento da História Colonial da América Espanhola é o estudo das discussões teóricas que buscaram legitimar a conquista e que estruturaram também o sistema de dominação implantado. Entre 1492 e 1713 a América Espanhola integrou-se no cosmos jurídico do Ocidente, primeiramente de acordo com noções baseadas nos princípios do Cristianismo e depois nos de monarquia nacional, representando um período de largas discussões e acirrados debates. A análise dos fundamentos jurídicos e teológicos expressos nas doutrinas das Bulas Papais, da Expanção Evangélica, da Ocupação Militar, segundo os arrazoados de Las Casas, Vitória, Motolinia e Palacios Rubio, exemplifica essa conturbada época.

As instituições de Estado nas Índias, entre 1500 e 1700 foram, em sua essência, semelhantes às da Espanha. Estruturaram-nas o poder de um monarca absoluto, não sujeito às leis, mas na prática, restrito por fatores derivados da Religião, da Ética, da Lei Divina, da Lei Natural e de tradições invioláveis. Entretanto, as condições peculiares da América — território, população, sistema econômica, distância da Metrópole, geraram características específicas, que marcaram o desenvolvimento institucional das Índias de Castela.

O período colonial não foi, porém, um simples crescimento vegetativo, de interesse apenas em seus aspectos econômicos, sociais e demográficos. A modificação institucional, principalmente a evolução do sistema de prestação de serviços — que influiu decisivamente na estruturação político-social da Colônias — apresenta fértil campo de estudo.

No século XVIII a América Espanhola, embora recebendo influências do pensamento iluminista, principalmente em sua versão espanhola, apresentou ainda traços da mentalidade tradicional. Mas a absorção das novas idéias le-

vou, na América, a um muito mais violento rompimento com o passado do que na Espanha.

As interpretações escatológicas e utópicas constituem importante elemento para o estudo da história americana, na medida em que, ao integrar as terras recém-descobertas no universo mental da modernidade europeia — como no caso da adoção do termo Novo Mundo, que satisfazia as aspirações do Renascimento, ignorando o passado pré-colombiano — transformou a América numa espécie de compensação dos ideais humanistas da época, marcando fortemente seus aspectos sócio-culturais.

As teorias de Chaunu (1964) e Morse (1964) constituem marco no campo da periodização da História da América, por romperem com o esquema tradicional (Conquista, Período Colonial e Independência) e servem de base para a divisão adotada. Assim, apresenta a História pós-Colombiana dividida em dois períodos:

- A era das índias, que compreende o confronto entre as culturas indígenas e os conquistadores e missionários que vai condicionar o desenvolvimento da *cultura crioula*. Corresponde, a grosso modo, ao período que medeia entre 1492 e 1640.
- O período Americano, precedido por um interregnum entre 1640 e 1740 — período de maturação da *cultura crioula* e declínio da administração espanhola, compreendendo desde o desabrochar da consciência nacional, até os nossos dias. A independência é entendida, não como um momento de ruptura, mas como o clímax de um longo processo de mudanças iniciadas em meados do século XVIII e determinante do curso subsequente de eventos.

O aspecto econômico da Colonização Espanhola fica em segundo plano, obscurecido pelo estudo dos aspectos culturais e jurídicos que marcaram o Período Colonial. Aqui o livro é rico: reflexão minuciosa dos fundamentos jurídicos, da evolução institucional, dos ecos do pensamento ilustrado europeu, da visão utópica que a América projeta à Europa; referências bibliográficas frequentes e atualizadas que possibilitam o aprofundamento da pesquisa.

Ausente, entretanto, um conceito de Colonização da Época Moderna, que pudesse alinhar os sete ensaios num total global e coerente. Embora, de início, assinala que a empreitada conquistadora na América assume feições comerciais, no todo da obra este aspecto não é reforçado e se dilui.

Assim, a América Colonial Espanhola é apresentada fora do contexto do período Moderno, desvinculada do processo mais geral de superação do feudalismo e constituição do capitalismo, como bem assinalou, entre nós, Fernando Antonio Novais (1).

VERA LÚCIA AMARAL FERLIM.

(1). — NOVAIS (F.A.), O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial, in MOTA (Carlos Guilherme) (org.), *Brasil em perspectiva*, 5ª edição. São Paulo DIFEL, 1974, pp. 47-68.



ILHA (Frei Manuel), *Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil 1584-1621*. Edição bilíngue. Introdução notas e tradução portuguesa por Frei Ildefonso Silveira, OFM. Petrópolis 1975. 210x135 mm. 148 pp.

Divi Antonii Brasiliae Custodiae enarratio seu relatio.. reza o título do texto original que data mais ou menos do 1621 e passou 350 anos inédito. Sobre o ms. trata P. J. M Pou y Marti no *Archivo Ibero Americano* I (1914) p. 500-514 sem no entanto entrar na apreciação crítica do assunto.

O autor luso, Frei Manuel da Ilha, OFM († 1637) não visitou o Brasil, mas baseia em obras como Frei Francisco Gonzaga, *De Origine Seraphicae Religionis*, Roma 1587; Frei Vicente do Salvador, *Crônica da Custódia do Brasil*, ms de 1617-1618, que se perdeu depois de 1650; notas do ex-custódio Frei Leonardo de Jesus, comunicações de missionários do Brasil e o arquivo da Província de Santo Antônio de Lisboa.

As consultas do arquivo franciscano parecem ter sido muito superficiais; pois, documentos importantes não se mencionam, por exemplo: a proibição de fundar novos conventos no Brasil (1590), a eleição do segundo custódio Frei Cristovão da Conceição, as desinteligências entre os franciscanos da Paraíba e o governador Feliciano Coelho de Carvalho e a entrega definitiva das missões ao Prelado da Paraíba, Antônio Teixeira Cabral, por volta de 1619.

O autor cita poucos confrades como por exemplo os fundadores dos conventos e os missionários mais famosos, mencionando apenas 80 pessoas entre frades e seculares, num espaço de 83 pp. Em compensação não se limita ao tempo da custódia, mas remonta aos missionários avulsos anteriores a 1584 (p. 55-70, 72-75) incluindo também a fundação da custódia do Maranhão em 1617 (p. 20).

Na disposição do assunto, o autor observa em geral a ordem cronológica das nove fundações de conventos, entre a Paraíba e o Rio de Janeiro, acrescentando necrológicos de Olinda, a lista dos custódios etc. As datas do convento do Rio de Janeiro são erradas (p. 71s) sendo os fundadores não seis e sim quatro, o ano da chegada é 1607 e não 1608 e a data da primeira pedra não é no dia 17 de maio, mas 4 de junho de 1608. Esses e outros equívocos causam estranheza, porque a testemunha ocular Frei Leonardo de Jesus atesta a exatidão do texto no meio do ms (p. 112).

Documentos importantes sobre as dissensões entre jesuítas e franciscanos na Paraíba, por volta de 1590, aparecem em português (p. 120-124, 127-132) sendo especialmente preciosos porque representam os únicos documentos anteriores a 1600 e relativos às missões paraibanas.

No prefácio da obra, Fr. Venancio Willeke, OFM lembra o grande valor da *Narrativa* que doravante figurará ao lado da documentação já publicada, por exemplo: *Atas Capitulares da Província de Santo Antônio*, *Livros dos Guardiães* da Bahia, Paraíba e o, *Epítome da Província da Imaculada Conceição*.

A introdução de Frei Ildefonso Silveira familiariza os leitores com as fontes usadas por Ilha, ocupando-se detalhadamente com o ms e o estilo. Tornou-se difícil a tradução do latim porque o autor usa de frases rebuscadas e extensas. Trechos transcritos da Crônica de Frei Vicente do Salvador aparecem entre aspas e com a indicação das respectivas páginas da *História do Brasil* do frade baiano. Os lapsos ocorridos no original são confrontados com autores modernos que os corrigem.

A impressão do texto latino permite aos leitores de cultura humanística a apreciação exata da custódia olindense, de suas principais missões entre os índios e na religiosidade baiana através do culto de Santq Antônio de Arguim e da respectiva irmandade.

O exato trabalho realizado por Frei Ildefonso facilita aos amigos da história a leitura da crônica mais antiga da custódia franciscana e exploração dos documentos nela contidos. A tradução por sua vez possibilita confrontos com a História do Brasil de Frei Vicente do Salvador a título de verificar enquanto Ilha depende da *Crônica da Custódia do Brasil*.

A Província Franciscana da Imaculada Conceição lançou esta obra em coedição com a editora Vozes ao ensejo do tricentenário da mesma circunscrição seráfica que ocorreu em 1975, contribuindo pois, para melhor conhecimento da história franciscana quinhentista.

Frei VENÂNCIO WILLEKE, OFM.



PINTO (Virgílio Noya). — *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português (contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII)*. São Paulo, Edição mimeografada, 1972 — 398 p..

Entre as teses que se apresentam em concursos universitários, raras as que merecem edição em livro, por cumprirem mais que a simples obtenção de título para que o candidato se promova na vida acadêmica. Entre elas, está a que Virgílio Noya Pinto escreveu para a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, no Departamento de História, por certo o que mais se distingue no Brasil. Trata-se de obra que se impõe pelo tema, elaboração superior, metodologia severa, pesquisa ampla e original. O autor se preparou convenientemente: feito o curso em São Paulo, especializou-se em Paris durante algum tempo, absorvendo o melhor da orientação de mestres que se filiam a uma das linhas historiográficas mais notáveis, de modo que adquiriu método de trabalho, não se detendo na fruição de modelos ou técni-

cas, mas partindo para a pesquisa. Investigou longamente em Paris e em arquivos portugueses, além de percorrer alguns dos importantes arquivos brasileiros, como o Nacional, do Rio, o Municipal de São Paulo, o Municipal de Salvador, além de bibliotecas francesas, portuguesas e brasileiras.

Queremos destacar principalmente a pesquisa em Paris, nos Archives Nationales e no Quai D'Orsay. Daí a riqueza básica da tese: os relatórios, memórias e cartas de embaixadores e cônsules em Portugal, que transmitem informações minuciosas sobre o que se passa no país em que trabalham, traçando o cotidiano da política em época de disputas de alianças e, sobretudo, com as novas econômicas, como facilidades e embaraços, fortuna e penúria, crises, comércio de importação e exportação, julgamentos sobre a economia e as finanças. Como escreve, "as cartas dos representantes franceses transformam-se em verdadeiro diário da vida portuguesa no século XVIII" (p. 4). Interessa sobretudo o que contam das entradas de ouro em Portugal, do que vem para o rei ou para os negociantes, ou do que é contrabandeado por navios britânicos que nunca deixam de estar no Tejo quando chegam frotas do Brasil. Tem-se, desse modo, conhecimento que não se encontra em outra parte e é de inexcédível valor: os diplomatas fornecem números e dão a linha da política econômica. No caso especial — o ouro brasileiro — dão notícias que nunca haviam sido exploradas, de modo que enriquecem o que se sabe do que foi a economia com origem na mineração do Brasil. Bastava esse base documental para impor o livro.

Ao longo das cinco partes do texto, com 343 páginas, há 520 referências, das quais 161 são de documentos originais que se encontram em Paris — cartas, memórias, relatórios: 109 nos Archives Nationales e 52 no Quai D'Orsay, o que dá pouco menos de 30% do total; se considerarmos que, entre os livros usados, há 40 citações de franceses, chega-se a 201, pela forte influência que o autor recebeu do curso e estada em Paris. O que é extraído dos arquivos brasileiros é pouco e dos portugueses menos ainda.

Não fica aí, no entanto, no uso dessa base que não se conhecia direito — raramente as vemos citadas —, o mérito do autor, mas também no método, que é eminentemente da escola francesa. É uma historiografia objetiva, que se aproxima do ideal quantificador, embora não o transforme em simples arrolamento de cifras — variante moderna da antiga história narrativa, na qual, em vez de nomes, datas e fatos, há números, sem maior valor explicativo, como se vê em muita obra pretensamente original. O autor paulista, fiel aos professores que teve, pratica com segurança os seus ensinamentos: é com certa admiração ingênua e provinciana que o vemos citar texto inédito de Braudel (p. 376). Só o domínio de técnica de trabalho e acesso a instituições menos exploradas não fariam o êxito do livro, que depende muito da erudição do autor e de seu poder reflexivo, que conduz à correta elaboração de quanto dispôs. Daí a superioridade do que faz na magra historiografia brasileira.

Assinale-se que o tema vem sendo mal estudado: o caso do ouro, se já despertou atenções e provocou vários escritos, o certo é que estes não primam

pela pesquisa nem pela interpretação. Os autores em geral se repetem: vão a Calógeras, a Antônio Olinto dos Santos Pires, a Eschwege, a José João Teixeira; quando há novidade, é na linha interpretativa, como se dá com Celso Furtado. Ora, o problema requer ainda muito levantamento para ser bem posto. Basta que se lembre o pouco de rigor que há nas cifras, na pobreza da quantificação. O comum é a história tributária do período, as projeções sociais e políticas, o surto artístico. Já existe uma certa história oficial de Minas, que tem muitas brechas para qualquer crítica de mínima exigência. Daí o entusiasmo que provoca a presente tese, que apresenta algo de novo na documentação. O autor não pretende ser revisionista: se denuncia equívocos, quando trata especificamente de Minas repete o que se sabe sobre a sociedade, sua precoce urbanização, sua diversidade mais considerável que a do Nordeste. São pontos pacíficos: sobre Minas não há muito e é na linha conhecida (p. 65/88 ou 333/6).

O fato é que o objetivo do autor não foi estudar Minas, mas o ouro e o comércio anglo-português. O que pretende mostrar é que a prosperidade portuguesa e a britânica coincidem com a do ouro de Minas, Goiás, Mato Grosso e Bahia — um dos pontos de nota no texto é que, quando fala em ouro, não se refere apenas a Minas, mas também a Minas, mas também ao de outras Capitânicas, ou a outros portos, que não o Rio de Janeiro, como ainda Salvador e Belem, que dão saída à produção da Bahia, Goiás e Mato Grosso, em perspectiva pouco frequente (p. 88/114 e 334).

Já a decadência portuguesa coincide com a da mineração. A p. 3 propõe duas questões: a primeira é se "seria o ouro brasileiro um dos elementos permissivos do desencadeamento da mudança de estrutura?" (com o pensamento na economia européia); a segunda: "conhecemos as avaliações da produção do ouro brasileiro. (...) Valeria a pena reanalisar a questão, revendo documentos e acrescentando novos informes?".

Começamos pela segunda, que a primeira nos parece que decorre dela. O autor estuda a produção do ouro nas várias áreas do país (p. 115/20), concluindo com o quadro da produção no século XVIII (p. 122 e seguintes). A nosso ver, a resposta é pouco satisfatória, uma vez que devia haver o paralelo do que encontra com as indicações antes feitas (Soetbeer, Eschwege e Calógeras, citados à p. 3, com a falta do nome de José João Teixeira, talvez o primeiro a fazer o cálculo, em 1780). Como está, não permite comparação, a não ser que o leitor busque os números apresentados por aqueles: seria fácil um quadro para o confronto, o que não é feito. Demais, era preciso justificar a diferença, uma vez que seu cálculo é bem mais modesto que o Eschwege e Calógeras. Impunha-se mostrar a razão do número que encontra, como os critérios ou equívocos de outros que trataram da matéria. A pergunta que se propõe, que lhe deu tanto trabalho, requer mais elaboração na resposta, para ser satisfatório o que diz e compensador o esforço.

Já a outra pergunta tem resposta ampla (a contar da p. 124 até o fim). O comércio do Brasil com Portugal de 1697 a 1766 é minuciosamente levan-

tado — está mesmo aí uma das contribuições do autor à história econômica (p. 140/259). Depois, é o comércio anglo-português (p. 260-323). Mostra como "o ouro brasileiro e o comércio anglo-português têm demonstrado que são setores em relação direta até a década de 1760 e início da seguinte" (p. 320). Destaca que o ouro entra no mercado em fase ascendente da economia, usando os ciclos econômicos estudados por Gaston Imbert, desaparecendo quando a economia européia começa a amadurecer a indústria, que vai dar corpo ao sistema capitalista, nas últimas décadas do século XVIII.

É curioso acompanhar as coincidências que mostra. O autor brasileiro chega a termos de certa audácia. Imbert reconhece como movimento secular capitalista "o que se desenvolveu de 1720/40 a 1895/6" (p. 337); temos dúvida quanto ao que chama de "movimento secular pianista" — a começar pela denominação —, "que se prolonga até nossos dias". É interessante que a tese mostra que "Imbert desconheceu totalmente a produção brasileira de ouro" (p. 338), uma vez que escreveu que "a partir de 1740 não mais se verifica aumento daquele metal precioso". E Virgílio Noya Pinto conclui: "justamente por isso acreditamos que nossas pesquisas projetam o ouro brasileiro na economia mundial e integram-no na análise de Gaston Imbert" (p. 338). Avança mesmo: "estas constatações levam-nos a concluir que o ouro brasileiro está para o movimento secular capitalista como os metais preciosos de México e do Perú estão para o movimento secular mercantilista, e o ouro do Alaska, do Transvaal e da Austrália para o movimento secular pianista" (p. 339). O historiador é muito ousado na passagem: se é pacífico que os metais da América deram impulso à economia do século XVI (fato denunciado já em 1568 por Jean Bodin e que teve aprofundamento nos historiadores que trataram da "revolução dos preços" da época), não é tão pacífica a influência do ouro brasileiro no "movimento secular capitalista" e acreditamos que o ouro não seja nada representativo para o chamado "movimento secular pianista".

Pode-se dizer que "o ouro brasileiro foi um elemento significativo para a economia do século XVIII" (p. 342', o mais é hipertrofia de um fator: se é compreensível em quem o estuda, pelo realce que percebe, já a ênfase não é convincente. Confessamos dúvida ante conclusão peremptória, mais ainda sobre a seguinte: "a perfeita conexão entre a idade do ouro do Brasil e as transformações na economia inglesa possibilitou o impulso do capitalismo industrial na Inglaterra" (p. 343). Curiosamente, o ouro teve efeitos na estrutura da economia inglesa, enquanto "para o Brasil seus efeitos foram muito mais conjunturais que estruturais" (p. 342) — o que nos parece questionável quanto às duas partes: se foi estrutural naquela e conjuntural em nossa economia (pelo menos quanto a Minas foi estrutural).

O autor, se chega a estabelecer relação entre o ouro brasileiro e a economia do século, ainda que enfático, como vimos, não chega a citar a passagem de Sombart em *O burguês*, que Roberto Simonsen divulgou na *História econômica do Brasil*, segundo a qual o ouro brasileiro teria configurado o homem econômico moderno. Afirmativa que fez muito mal, pela repetição sem o

devido entendimento, que estabelece que esse ouro fez a prosperidade britânica por causa do Tratado de Methuen (documento que tem boa análise na tese (p. 46/52), é o pai da revolução industrial e do capitalismo. É equívoco, que a prosperidade britânica no século XVIII tem raízes mais profundas, na reforma agrícola com as "leis dos cercos" (desde o século XVI), com o senso experimental que leva à "revolução agrícola" ou à "revolução industrial", nas leis de navegação, no sentido de oportunismo que é permitido pela ordem política que o país conhece, enquanto o resto da Europa vive de intrigas e disputas, em guerras estéreis em que a melhor parte vai sempre para o britânico, que chega no fim para decidir e ganhar. O historiador paulista evita essas colocações, mas seu texto pode induzir o leitor a embarcar em linha interpretativa passível de reparo.

Haveria muito o que apontar no livro, de acertos e mesmo de alguns trechos menos convincentes. Sem falar que requer boa revisão, que corrija as faltas explicáveis em tese, que todos sabem com que premência são escritas. Há alguns pequenos equívocos: para apontar apenas dois, lembrem-se datas imprecisas das rebeliões de Pitangui e Vila Rica (p. 74); ou a nota 345 (p. 365), que fala do "*Triunfo Eucarístico*, no qual Simão Ferreira Machado descreve o luxo e a suntuosidade da festa realizada a 24 de maio de 1733, em comemoração à Ascensão do Senhor, em Vila Rica". Não foi por esse motivo mas pela transladação do Santíssimo da Igreja do Rosário para a do Pilar, como se lê no próprio título da obra publicada em Lisboa em 1734.

O que se deseja é chamar a atenção para o trabalho de Virgílio Noya Pinto, que não pode permanecer mimeografado, de acesso a poucos privilegiados. Com revisão, pode tornar-se livro importante, que deve ser editado condignamente, para proveito dos estudiosos do ouro brasileiro, do século XVIII em Minas, no Brasil, Portugal, Ocidente europeu. Além do muito que dá como informação, é provocativo e leva ao debate, como se viu. Escrevemos a nota exatamente para movimentar o autor ou alguma editora, pois sabemos de sua modéstia, que pode leva-lo a subtrair ao público obra que é de interesse: uma das poucas em que o país aparece no quadro da economia da época participa na gênese de novo sistema econômico. Que seja apresentada, pois, em livro.

FRANCISCO IGLÉSIAS.



MAXWELL (Kenneth R.). — *Conflicts and Conspiracies: Brazil & Portugal 1750-1808*. Cambridge. At The University Press. 1973, 289 p.

A contribuição dos "brazilianists" está valorizada com o livro de Kenneth R. Maxwell, Professor de História da Universidade de Kansas e do "Institute for Advanced Study", de Princeton. Trata-se de quadro do Brasil de 1750 a 1808, em que se realçam os aspectos social, político e econômico na configuração dos acontecimentos ou como estes determinam aqueles, na colocação do autor no prefácio, completando: "essencialmente o objetivo desta

obra é declinar a ampla interação de Portugal e Brasil durante a segunda metade do século XVIII" (p. VII). Preocupa-se com o assunto da mudança da política colonial que se verificou, bem como os conflitos e conspirações de 1788 até o fim do período: a de Minas, a do Rio de Janeiro e a da Bahia.

A matéria é bem distribuída: quatro capítulos para o genérico e quatro para as lutas. O livro revela estudo aprofundado da fase de crise do sistema colonial: de fato, o que aí se dá é que Portugal muda sua política em razão das transformações que o País experimenta. A população cresceu e se diversificou, interesses brasileiros se opõem à Metrópole, muitas vezes defendidos por portugueses que vivem no Brasil ou dependem de sua prosperidade para êxito nos negócios. A crise comum, agravada pela pregação dos princípios iluministas, que acreditam em liberdade ou em possível melhoramento das condições materiais, pela exploração dos recursos com tecnologia adequada, completa o panorama em que os desajustes se acentuam, explicando tentativas emancipadoras que se frustam, mas preparam a independência para poucos decênios depois. No Brasil, como na América, o sistema revela insustentabilidade, deve ser alterado e o é, como a história comprova.

Maxwell fornece todos os elementos para a compreensão do que se passa, embora não explicita a crise com convinha fosse feito, que ela decorre da evolução da economia na Europa, com a passagem do regime predominantemente mercantil ao industrial, que dá corpo ao capitalismo. O autor não se preocupa com esse aspecto, seguramente por saber que é estudado em muitos livros, preferindo desenvolver o que se passa no Brasil e Portugal e no choque que entre eles se forma, em crescente complexidade: apresenta sobretudo o que estudou em fontes primárias. E nesse particular é exemplo de trabalho sério e bem conduzido: basta assinalar que nele o autor consumiu os anos de 1964 a 69, em pesquisas no Brasil, Portugal, Espanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos, aos quais se devem acrescentar 1970 e 71, uma vez que o prefácio é datado de setembro desse ano, para a redação, com certeza. Trata-se de estudo que tomou tempo e exigiu esforços. O critério de uso de fontes primárias é digno de realce: não se contenta em usar as que aparecem em livros, transcritas, mas vai ao Arquivo em busca do original, como se vê em dezenas de casos: exemplo, assinala-se o dos *Autos da Devassa*, citado impresso ou no original (p. 191, entre outras). Se aponta a quantidade de documentos que há em livros, denuncia a falta de cuidado na edição (p. 267), o que o leva à consulta da fonte. Pela amplitude do material usado, a obra é modelo a ser seguido. O autor se apresenta especialmente dotado e preparado, como se vê na apreensão do essencial e pela sensibilidade para captar o fluxo temporal. Daí o êxito do estudo, que se situa entre os esforços importantes para o entendimento do período e das conjurações .

O plano seguido confirma a boa estrutura: no primeiro capítulo, a ação de Pombal, comércio luso-brasileiro, presença britânica, medidas moderniza-

doras, Companhias de Comércio e seus privilégios. No segundo, a mudança, por causa da situação internacional, a crise econômica, provocada inteiramente, segundo o autor, com cifras objetivas, pela queda na produção do ouro (p. 49). Na crise vê aspectos positivos e negativos: entre os positivos, maior interesse pelo industrialismo, para diminuir a dependência relativamente à Grã-Bretanha (p. 51), falando mesmo no surgimento de uma burguesia nacional portuguesa (p. 59). No terceiro, a divergência, pelas crescentes tensões, os interesses que se opõem entre Portugal e Brasil, a decadência de Minas. No quarto, a confrontação, com estudo específico da área mineira. Também no Brasil surge incipiente burguesia manufaturara e empresarial, animada pela Junta de Lisboa (p. 61). Certo que diz da coincidência de objetivos econômicos entre a "plutocracia brasileira" e os funcionários régios (p. 69). Há aí muito de essencial para a compreensão do processo conspiratório de 1788-89, sem falar no que há de fino entendimento do racial nas competições (p. 94), bem como o destaque de grupo de intelectuais atuantes (p. 95 e ss.) .

Já a contar do Capítulo V, que poderia constituir a segunda parte do livro — ficava-lhe bem a divisão em duas partes —, a conspiração. No quinto capítulo, a tática da revolta, os ideólogos, os interesses financeiros, o programa, o movimento. No texto o processo, com a suspensão da derrama, os desencontros entre os envolvidos, denúncias e devassas. No sétimo, a crise, com a ação governamental para contornar dificuldades, a sentença dos incriminados. Finalmente, no oitavo, as propostas de assistência da Metrópole à Colônia, com as medidas reformistas que justamente se encarnam na figura de Rodrigo de Sousa Coutinho, quem melhor captou a realidade brasileira e mineira e se interessou pelo reerguimento da área que regredira ou estagnara, com o estudo também da luta de 98 na Bahia. Quadro amplo e rico, como se vê no simples enunciado.

Fica bem esclarecido, assim, o processo das conjurações. Aí, o relevo é do movimento mineiro de 1788-89, conhecido por conjuração ou Inconfidência, que toma três capítulos. Como explica o prefácio, no seu estudo tem havido muita deformação. Centrou-se a trama em torno de um grupo — em geral pessoas importantes, financeira, intelectual ou politicamente, enquanto outros, de igual categoria, não foram indiciados; parece ao autor que o destaque concedido a Tiradentes tem obscurecido a questão. Que nos parece bem posta aqui, uma vez que Maxwell não desmerece a figura — que vê como o agente catalisador —, mas quer algo mais que a ação de um indivíduo. Não comete o engano dos que negam seu papel — como certos historiadores o fizeram, indevidamente —, nem coloca o movimento como simples projeção de sua atividade — como fazem outros, também indevidamente. Acerta ao dizer que o realce excessivo de Tiradentes minimiza a importância do episódio de que ele é parte (p. VIII). Para o historiador, o conflito foi o resultado de divergência social e econômica entre Minas e

Portugal, a confrontação entre interesses de grupos coloniais e metropolitanos (p. VIII). Aí está a essência, de que os protagonistas (Tiradentes é o principal) são a projeção. Não pensa, como Capistrano de Abreu, que o fato é sem importância, pois foi o centro do período, mas o vê como segmento de quadro maior.

Sabe historiar a trama nos pormenores, revelando sutileza na denúncia de aspectos pouco esclarecidos: de sua leitura, fica uma dúvida sobre a atuação do Visconde de Barbacena, que não foi frontal no ataque, mas confundiu os dados do processo, protelando-o, a ponto de deixar no estudiosos quase a suspeita de certo envolvimento pessoal. Outro ponto significativo é o abandono, pelas autoridades, de figuras que devem ter atuado. Surge aí o misterioso João Rodrigues de Macedo, o contratador que devia fortunas ao governo, era íntimo dos principais conjurados, construiu a mais grandiosa casa da Capitania, ponto de encontro para discussões e nada sofreu, enquanto o seu funcionário, contador Vicente Vieira da Mota, foi processado e teve pena de degredo por dez anos. Macedo corrompia as autoridades, mesmo as superiores, como deve ter feito até com governadores. Aparece muito no livro, a nosso ver com justeza, que é personagem que ainda desafia o pesquisador, uma vez que seu papel não é claro até agora. Assim, é notável a contribuição de Maxwell ao estudo da conjuração mineira.

Já a baiana de 98 não nos parece suficientemente colocada. Merecia mais do que recebeu no volume, pelas suas peculiaridades. A de 94 no Rio é pouco referida, o que é certo, que não teve significado profundo.

Completa o livro importante documentação, em cerca de 140 páginas, com mapas, apêndices sobre tributos, comércio, preços, listas de artigos, população. A matéria é fundamental para os leitores estrangeiros, ou para os brasileiros, ainda os bem informados, que há pesquisas novas. Há pequeno glossário, muito útil. Parecem-nos dignos de reparo dois pontos: "derrama", como imposto per capita, e "garimpeiro", como explorador ilícito de diamante (p. XVIII). O sentido da palavra "derrama" é outro, como é esclarecido no uso correto em várias passagens (sem. o que não se entenderia a conjuração em Minas, é claro), como p. 16 ou, 141/2. Como está — imposto *per capita* — é insuficiente, pois esse modo de tributar tem o nome exato de capitação, praticado a princípio e depois, de 1735 a 50. Também "garimpeiro" não é o explorador ilícito de diamante, mas qualquer explorador da riqueza mineral, mais os que não têm técnica apurada ou trabalham individualmente.

Outros pontos que merecem observação: o relacionamento entre força pessoal de potentes da Capitania e a real administração (p. 68), sem mais pormenores, quando se sabe que a vida em Minas, ao longo de todo o século XVIII, é um tecido de lutas e contestações, cujo estudo ou simples enunciado enriqueceria o texto. Alguns pequenos reparos que poderiam ser feitos ficam de lado, pela irrelevância.

O autor reconhece que o que apresenta não é ainda estudo definitivo da conjuração mineira, que é difícil escrever sua história, que vê talvez como "impossível tarefa" (p. VIII). Ainda falta investigação e há muito material que devia ser quantificado (p. IX). É lúcido, sabe os limites de sua obra. O que diz no final do prefácio, que a história do Brasil deve ser escrita por brasileiros (p. X), se tem algo de verdade, não impede que historiadores de outras origens a captem e expressem com perfeição, às vezes até com vistas originais, que o brasileiro, parte do processo, nem sempre pode encontrar. Há aí um lado de modéstia, pois ele lembra corretamente a linha de Robert Southey a Charles Boxer — muitos nomes poderiam ser citados —, na qual Kenneth R. Maxwell e alguns outros autores dão hoje contribuição valiosa e até decisiva. Como este livro, do qual se dá notícia.

FRANCISCO IGLESIAS-



DIAS (Maria Odila da Silva). — *O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil*. Brasiliana, 34. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1974, 298 p.

O assunto *historiografia brasileira* está na ordem do dia. Se antes não despertava atenção, hoje preocupa estudiosos que lhe dedicam obras, na perspectiva geral ou na das histórias especiais. Há muita repetição nesses trabalhos, pela falta de pesquisa ou de originalidade de visitas, de modo que eles têm certo convencionalismo. Impõe-se, agora, o levantamento, através de monografias, dos historiadores consideráveis. Para ficar no passado, assinala-se a ausência de um livro sobre Martius, Varnhagen, Handelmann. O primeiro historiador a fazer síntese feliz foi o inglês Robert Southey, que publicou uma *História do Brasil*, em três volumes, entre 1810 e 1819. Era pouco o que se sabia sobre ele, até o livro da professora Maria Odila da Silva Dias, sob o título bastante literário de *O fardo do homem branco* (tirado de Kipling), que fica bem a historiador que teve o culto da literatura e deixou ampla obra poética.

O estudo se distingue pela investigação e técnica de abordagem. Não é feito de improviso, pois supõe anos de leitura em fontes de difícil acesso. A autora leu tudo quanto Southey publicou, em livros ou revistas, além de manuscritos e de sua vasta correspondência, só em parte divulgada. Para tanto teve que percorrer arquivos britânicos, como o Fitz Park Museum (Keswick), o British Museum, Bristol Central Library, Universidade de Leeds, National Library of Scotland, Edinburgh University Library of Wallis, Oxford; ou norte-americanos, como os da Universidade de Yale e da Hispanic Society of America, de Nova York, em busca de originais ou livros raros. Sem

falar, é claro, em investigações no Brasil. Suthey já constituira objeto de outra obra da autora: *O Brasil na historiografia romântica inglesa — Um estudo de afinidades de visão histórica: Robert Southey e Walter Scott* (1967), de temática sutil, em que se busca o que nunca fora objeto de interesse.

Não só aí, na originalidade e pesquisa do livro que se resenha, está o mérito, mas também na elaboração refinada que se dá aos temas. Veja-se o sub-título *Um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre*. O que há não é só a biografia do autor nem o estudo puro e simples de sua *História do Brasil*, mas todo o processo intelectual e ideológico do escritor. Ele pertenceu ao grupo do "lakistas" — residiu principalmente em Keswick na região dos Lagos, norte da Inglaterra —, do fim do século XVIII e começo do XIX, em movimento pré-romântico. Se teve algum êxito, a ponto de ser nomeado poeta oficial, não se satisfazia com a própria obra, e, por sentido crítico, desejo de evasão, melancolia ou outro motivo, refugiou-se na História. Tinha o gosto da pesquisa, das crônicas de viagem, bem como das aventuras romanescas, que encontrava em Walter Scott. Depois dos ardores de entusiasta da Revolução Francesa, tornou-se seu inimigo, como de tudo que era vivo no começo do século, negando o sentido de liberdade e a mudança do mundo com a nova tecnologia que se desenvolve em seu país. Passa a saudosista da vida do campo, da simplicidade em todas as formas; os horrores do industrialismo nascente, com a exploração do trabalhador, da mulher e criança, fazem dele anti-capitalista. Inspira-o sentimento conservador e até reacionário: "os valores do historiador refletem a nostalgia romântica de um mundo perdido" (p. 107).

Intelectualmente ativo, escreve sem parar em defesa do que pensa, empenhando-se em causas como os males da máquina, a subjugação do operário, sistemas penais, feminismo, colônias nos vários pontos do mundo; adere a utopias como a de Robert Owen. Daí ser visto como "precursor da moderna legislação trabalhista e do sindicalismo de Estado dos fabianos (...), do socialismo cristão (...) e de anglicanos de tendência socializante" (p. 14). Supunha missão especial dos intelectuais, que deviam, por seus escritos, apontar os caminhos. Viveu plenamente o que acreditava, com modéstia, pois era escritor profissional, tendo como fonte de renda as resenhas para revistas (p. 27) — em tempos, nesse particular, melhores que hoje, quando ninguém mais vive de resenhas para jornais ou revistas. Participou de movimentos literários com poetas como Coleridge e Wordsworth, dos quais foi amigo: seu poder criador, no entanto, fica muito abaixo, o que lhe valeu críticas severas que o desalentaram, como as de Shelley e Byron, além do pouco apreço dos próprios companheiros. O crítico brasileiro fala na "mediocridade de sua obra poética" (p. 12), acrescentando: apesar de certo talento inovador como poeta, faltava-lhe a imaginação criadora" (p. 34).

Entregando-se à História, escolhe a do Império português: esteve em Portugal em 1796, onde viveu em 1800 e 1801. Teve idéia de morar lá,

mas não se arriscou pelo temor do clima e de doenças, sabendo-se apenas no mundo inglês. E em sua paisagem permaneceu. Em Portugal interessou-se pelo Brasil, começando a colher manuscritos, informações e livros, a estudar tudo. O tio e amigo, que lá estava, continuou a mandar-lhe obras e documentos, como depois leria, corrigindo, seus originais. Da história do Brasil passaria à do Império português, o que não conseguiu, pois a empresa saiu maior do que pensava: três tomos que consumiram largo tempo. O certo é que trabalhou muito: "a prolixidade quase impar que caracteriza a sua obra, infundável coleção de volume e volumes, notas e manuscritos, deve-se em parte às necessidades de sobrevivência" (p. 36). O que mais tempo lhe tomou foi a *História do Brasil*, com a qual pouco obteve de lucro — se é que houve algum. Sabe-se que "o manuscrito era inteiramente reescrito pelo menos duas ou três vezes", depois enviado ao tio que corrigia e até aumentava, mais tarde revisto pelo amigo e colaborador John Rickmann (p. 226).

Desenvolvendo sua matéria, Maria Odila, depois da Introdução, estuda em doze capítulos a Missão do intelectual; O refúgio do poeta; História e teoria civilizadora; Novos rumos do passado: Revolução Industrial e tradicionalismo agrário; Messianismo cultural e política colonial; Catequese e ideologia de influência; Extinção do tráfico e da escravidão; Portugal e as guerras peninsulares; "Commonwealth" e Império informal: as perspectivas de emancipação política do Brasil; Missão reformadora dos ingleses e formação da comunidade nacional; História do Brasil: estilo e conceituação; Nexo social e Estado-nação. Como se vê, dez capítulos de natureza geral, que tomam 224 páginas, e dois capítulos sobre a *História do Brasil*, em 71 páginas. É que nos primeiros se trata da ideologia do autor, seu modo de ver esses temas. Com interesse e mesmo fascínio o leitor acompanha o que o inquieto Southey pensava de todos os assuntos, revelando-se saudosista, homem que se volta para o passado. É um inglês, patriota inglês, que acredita em missão de seu povo, superior aos outros e ao qual cabe o destino do mundo, para sua redenção. Entretanto, não é racista, não se deixa levar pelo determinismo étnico e geográfico, que tanta importância teria no seu século. O modo de ver é eminentemente romântico.

Autor atraído por tudo, deixou-se cair vítima de algumas curiosas contradições. Protestante, fala em superstições católicas e faz críticas ao culto, mas por vezes proclama suas virtudes (p. 152,4). Censura o português por falta de iniciativas e depois o louva por não ter seguido a industrialização (p. 176). É contra o tráfico, escreve muito a respeito, mas chega a querer supressão gradual ou mesmo a admiti-lo (p. 169-71); tem atitude dúbia com as emancipações americanas, pelo entusiasmo com a rebeldia ibérica contra Napoleão (p. 194-5). Sempre contra a indústria do seu país, a favor de um patriarcalismo agrário, acredita "na influência promissora do monopólio industrial dos ingleses nos trópicos" (p. 225). São ambiguidades que se encontram em sua biografia e em seus escritos. A autora fala mais de uma

vez nessas hesitações. Que podem ser entendidas em quem produziu tanto e era personalidade mórbida.

Os dois capítulos finais — os mais longos — é que tratam da *História do Brasil*. Revela-se aí o historiador extraordinário, que sem conhecer o país, apenas de leitura de milhares de documentos e livros, soube ter sentido do processo de sua formação. O que é mais digno de nota é que ainda não se escrevera livro com o plano e as dimensões do seu: apesar de ser o primeiro, contem admiráveis apreensões da realidade, como a escravidão, a mestiçagem, o problema do trabalho e devassamento do território, usos, costumes, idéias. Seus preconceitos de protestante, inglês e reacionário não impediram obra inteligente e rica de abordagens, que só seriam percebidas muito depois. A *História*, mais que cronologia e descrição — ele as amava, à maneira de Walter Scott, como romântico —, é interpretação, entendimento do sentido profundo de país que não era o seu e que nunca vira.

Parece-nos que esses dois capítulos são os menos interessantes. Através deles é possível entender a obra de Southey, mas o certo é que deviam ser maior desenvolvidos, como deviam também confrontar a ideologia do poeta, esmiuçada nos capítulos anteriores, com a realidade brasileira, como é que seu pensamento condicionou a visão que teve do país (afinal, foi em função do livro que o estudo dos dez capítulos foi feito). É trabalho só parcialmente realizado. Outra reserva é certa *secura* na exposição: a autora supõe que todo leitor conhece seu personagem, o que evidentemente não se verifica. Daria vigor ao volume um capítulo biográfico ou bio-bibliográfico, ou, para fugir ao convencionalismo, um apêndice com tábua cronológica da vida e da obra do escritor. Outro dado que nos parece faltar é o que Southey pensou do Brasil depois da publicação de sua obra. Se a concluiu em 1819 e morreu em 1843, o que terá dito em cartas ou artigos sobre a nação brasileira, ele que temia sua fragmentação, os movimentos revolucionários que poderiam fazer-la dominada por negros ou que julgava impossível a monarquia? Há pouco do gênero no livro, como a passagem que comenta, em carta ao tio a Independência de 1822 (p. 191), ou as cartas de 1826 e 27, sobre o Prata e as crises de D. Pedro I (p. 222 e 223).

Por último, nota interessante é destacar que Maria Odila não se mostra admiradora de quem escolheu como tema no presente livro e em monografia anterior. Trata-o com frieza, faz-lhe reservas sérias. Estuda-o quase como coisa, como um cientista a matéria que experimenta. É visível que não compartilha sua ideologia conservadora, tem outro universo de valores. O que não foi impedimento para que o analisasse e recriasse com lucidez. E com o máximo de minúcia, em pesquisa que nada deixou de lado, em trabalho exemplar de consciência científica, distante da improvisação. As duas obras sobre o poeta historiador, os ensaios *Aspectos da Ilustração no Brasil* (1968) e *A interiorização da Metrópole* (1972), a edição do *Diário de Guerra do Paraguai* de André Rebouças (1973) e alguns estudos menores fazem de

Maria Odila da Silva Dias um dos nomes ponderáveis da jovem historiografia brasileira.

FRANCISCO IGLÉSIAS.

* * *

*

FROM COLONY TO NATION, ESSAYS ON THE INDEPENDENCE OF BRAZIL. Edited by A. J. R. Russel-Wood. Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 1975. 267 p.

O livro pode ser visto na perspectiva das dezenas de obras que apareceram no Brasil no ano de 1972, comemorativas da Independência. A historiografia do país foi sempre dada a esse cultivo: os organismos oficiais, os governos, as Universidades, as Academias e os Institutos Históricos celebram as datas com conferências ou ciclos, livros ou coletâneas de estudos. O resultado raramente é de boa qualidade, pois o que se tem é uma História festiva, laudatória, patriótica, que enaltece figuras e episódios, sem maior sentido crítico de busca do que realmente houve. Elaboram-se versões oficiais, repetindo lugares comuns nem sempre corretos. Há algumas exceções, é claro, mas essa é a norma. Ainda recentemente, inspiradas por nacionalismo exaltado e não reflexivo, as comemorações pouco ultrapassaram o elogio, que nada deixa de conhecimento científico. Houve conferências, artigos e livros. Nenhuma grande obra, no entanto, pode ser destacada de toda essa massa de publicações, na qual o melhor foi a edição de textos de fontes. O certo é que a História do Brasil em geral e a da Independência, em particular não foram beneficiadas com todo esse entusiasmo patriótico, pois os episódios e personagens evocados o foram na perspectiva tradicional, consagrada, por vezes mítica. Poucas exceções poderiam ser apontadas, de obras que procuravam fazer revisionismo, a crítica objetiva e original. Entre elas, a coletânea organizada por Carlos Guilherme Mota — 1822, *Dimensões* (1972). Mesmo essa vale mais pela intenção que pela realização, uma vez que o conteúdo não corresponde ao intento do coordenador. Também se impõe o livro que ora se comenta.

Não foi com o intuito de festejar a Independência do Brasil que o historiador A. J. R. Russell-Wood reuniu pesquisadores norte-americanos e brasileiros (o coordenador é britânico) para um encontro que estudasse a passagem da Colônia à Nação, com "ensaios sobre a Independência do Brasil", que se realizou nos dias 18 e 19 de outubro de 1972, no Departamento de História da Universidade Johns Hopkins. A iniciativa, traduzida em volume, é parte da série "The Johns Hopkins Symposia in Comparative History",

que procura reunir especialistas em diferentes assuntos para discuti-los de modo abrangente. É uma das vantagens da História Comparativa, como se sabe. O volume é o sexto da série.

Reunem-se aqui oito estudos que dizem respeito, direta ou indiretamente, à Independência. Não se cogita de comparar o processo brasileiro com o de outros, mas a análise de problemas relevantes e que podem ajudar a compreender não só o que foi a emancipação, como o estabelecimento do novo Estado e a passagem do estatuto colonial ao de nação livre. O organizador é familiarizado com a História do Brasil português, uma vez que morou vários anos no país, em pesquisas na Bahia e em Minas. É admirável sua capacidade de trabalho, bem como de organização do material, como se vê em artigos e no livro *Fidalgos and Philanthropists. The Santa Casa de Misericórdia of Bahia, 1550-1755* (1968). Espera-se que edite o que escreveu sobre Minas, ou venha a escrever, pois fez longa investigação sobre problema básico da área, qual seja o início da decadência da mineração, que ele supõe, em tese revisionista, tenha se verificado muito cedo, ainda na primeira metade do século XVIII, ao contrário da opinião convencional que assinala os anos sessenta para o declínio produtivo.

Alem de organizador do encontro e do volume, Russell-Wood colaborou escrevendo, como Introdução, um capítulo sobre as precondições e fatores do movimento de independência na América portuguesa, em que examina as raízes coloniais do que houve, revelando-se bom conhecedor da História do Brasil seiscentista e setecentista. Seu objetivo é "colocar o movimento da Independência no contexto econômico, social e político mais vasto do Brasil colonial" (p. 7), o que faz com êxito. Mostra como não há pontos comuns no processo de separação do continente que identifiquem as colônias inglesas, espanholas e portuguesa: é certo que há afinidades, mas elas não são de molde a configurar processo geral. Cientista cauteloso, adverte do perigo do apelo do historiador aos conceitos de ciência social ("aculturação", "contato cultural", entre outros), pois feito sem o devido cuidado leva a confusões ou a nenhum esclarecimento (p. 5). O autor reconhece o preconceito contra pretos e mulatos, embora nos pareça exagerado ao falar sobre o número de escravos importados pelo país — cinco milhões antes de 1800 em uma "estimativa conservadora" (p. 11). Também nos parece que não é certo que o gesto de D. Pedro em 1822 não tivesse "sólido suporte" em setores da sociedade (p. 36). Se não contasse com ele não seria conduzido ao que fez. Havia grupos ponderáveis, sobretudo no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas, constituídos de brasileiros ou portugueses, com interesses no Brasil, que conduziram o processo do qual o Príncipe foi o agente. Aqui mesmo, nos estudos de Emilia Viotti da Costa, Maria Odila Silva Dias e Stuart Schwartz o fato aparece. O ensaio, em linhas gerais, é correto e lúcido, apreendendo o caso da emancipação à luz de um jogo econômico, político e social que é convenientemente captado.

Não vamos examinar capítulo por capítulo, o que tornaria a resenha muito longa. Apenas uma referência sumária a cada um, para destacar o que é e representa para entendimento do tema. Além da primeira parte — Raízes coloniais —, de autoria do organizador (38 p.), há três outras. A política é a mais extensa, com três capítulos. Os dois primeiros tratam da "emancipação política" e do "estabelecimento da Corte no Brasil" e são de autoria de conhecidas histórias brasileiras: Emilia Viotti da Costa e Maria Odila Silva Dias, da Universidade de São Paulo, sendo que a primeira se encontra há algum tempo nos Estados Unidos, em considerável perda para o magistério no Brasil. São autoras de obras apreciáveis, como *Da senzala à colônia* (1966), de Emilia, e *O fardo do homem branco* (1974), de Maria Odila. Os capítulos que aqui aparecem eram conhecidos, publicados em coletâneas no Brasil: o primeiro em *Brasil em perspectiva* (1968), o segundo em 1822, *Dimensões* (1972), organizadas por Carlos Guilherme Mota. São bons enfoques dos problemas e dão visão circunstanciada do que tratam (46 e 20 p.), de modo que, pelas características didáticas, valem para os leitores estrangeiros como valeram para os nacionais, pelo alto nível de elaboração das autoras. Já o terceiro é de um pesquisador americano, responsável por trabalho importante de história diplomática do Brasil recente (1930-39), a ser editado em breve. O autor estuda "Os Estados Unidos e a independência brasileira" (31 p.), seguro pela pesquisa e interpretação, com aspectos originais. Denuncia o mito do respeito mútuo e simpatia entre as duas jovens nações no início: "Brasil e Estados Unidos não tinham praticamente nada em comum (...) e seu intercuro político foi portanto caracterizado mais pela fricção e divergência que pelo mútuo entendimento" (p. 109). Ainda depois do reconhecimento da Independência os Estados Unidos custariam a superar as restrições ideológicas e a suspeita relativamente ao Brasil, o que só aconteceria em um futuro quando os dois países "descobrissem interesses e ideais comuns" (p. 129). O capítulo oferece importantes subsídios para conhecer o que foi a atitude dos Estados Unidos ante a revolução de 1817, as vicissitudes do delegado que os revolucionários do Nordeste enviaram aos Estados Unidos e da missão norte-americana no Brasil, fundado em documentos ainda não revelados ou em jornais da época. Bastava essa parte (p. 114-20) para recomendar a contribuição de Stanley E. Hilton. Há muito mais, no entanto, como se vê no desdobramento das relações de 1822 a 24 e um pouco depois.

A parte de aspectos sociais consta de dois estudos — o de Stuart B. Schwartz sobre a política de elite e o crescimento camponês no fim do período colonial e o Richard M. Morse sobre o desenvolvimento urbano na Colônia e no Império. Schwartz escreveu *Sovereignty and Society in Colonial Brazil* (1973), ocupando-se agora com nova obra, sobre a sociedade e a economia agrícola na Bahia no período colonial. A matéria deste capítulo (22 p.), prende-se ao último interesse: pretende demonstrar não as condições econômicas da época da Independência, mas a emergência de mão-de-obra rural camponesa, e seu impacto nas decisões políticas e sociais da oligarquia

nativa (p. 134). O mais valioso é evidenciar certa complexidade na estrutura social, que nega ou supera o esquema simplista de senhores e escravos. Usa as análises antigas de Vilhena (1802) ou Gaioso (1818), bem como de autores modernos, acrescentando-lhes o toque pessoal do conhecimento que lhe dá a pesquisa que realiza na Bahia revela quadro que não o convencional. Contribui para ajudar a esclarecer o que era a sociedade no começo do século XIX, quando se instala a nação. Já o estudo de Richard M. Morse, embora valioso, apenas sistematiza o que já escreveu em outras oportunidades — livros ou artigos sobre a urbanização na América Latina. Além da obra *Las ciudades Latinoamericanas* (1973), a que dedicou a São Paulo, já traduzida — *Formação histórica de São Paulo* (1970). Seu capítulo, de 27 p., é rico de perspectivas, pelas investigações que realizou no Brasil e no mundo americano, que lhe permitem paralelos esclarecedores, bem como de quanto se escreveu, que Morse é erudito conhecedor da História brasileira no seu todo, apenas em aspectos de urbanização, nos quais é autoridade. Lúcida a denúncia da tese banal dos "dois Brasis" (p. 180).

A última parte trata de aspectos culturais e reúne também dois estudos o de Manuel da Silveira Cardoso, sobre a modernização de Portugal e a Independência do Brasil, e o de E. Bradford Burns, sobre os intelectuais como agentes de mudança e a Independência (1724-1822). Há vínculo entre os dois, como se percebe pelo simples enunciado. O de Manuel da Silveira Cardoso confirma as qualidades de pesquisador erudito que já revelou em muitos artigos: entre eles, destaquem-se os dedicados à mineração no século XVIII, dos quais é notável conhecedor. Parece-nos que devia reunir esses estudos em livro. Seu capítulo, de 26 p., está na linha de trabalhos anteriores, marcada pela erudição e pelo pormenor convenientemente esclarecido. Tem-se aí o exame das manifestações em Portugal do pensamento em autores menos conhecidos, em folhetos ou livros de pequena divulgação. Das obras dos evangelizadores portugueses no vasto Império, de propagação da fé, passa a autores que tinham o sentido de igualdade entre os homens, que reconhecem o valor nas virtudes pessoais, não no estado de fidalguia. Assiste-se à exposição do drama da vida do jesuíta Gabriel Malagrida (1689-1761), bem como dos jesuítas em geral, até sua expulsão ordenada pelo ministro de D. José I. São curiosos e ilustrativos da mentalidade da época os debates em torno do terremoto de Lisboa, visto como castigo. Sabe-se que o acidente ajudou o Marquês de Pombal na justificação de sua política. Há algo de polêmico no estudo (veja-se a crítica a Caio Prado Junior, p. 206).

E. Bradford Burns é brilhante e convincente, pois é certo que os intelectuais foram agentes de mudança ao longo do século XVIII, preparando 1822. O autor já escrevera artigos sobre o tema, focalizando bibliotecas e figuras brasileiras do setecentos. Trata-se, aliás, de um dos mais operosos "brazilianists", como se vê por quatro ou cinco livros, inclusive uma *História do Brasil* (1970). Interessou-se aqui, em capítulo de 37 p., em saber o que

se lia no Brasil e como eram as bibliotecas: a inspiração lhe terá sido dada pelo ensaio de Eduardo Frieiro, *O diabo na livraria do Cônego* (1945), em que se reconstitui, com sutileza e documentos, a biblioteca do Cônego Luís Vieira, envolvido na Conjuração Mineira. Burns interessa-se por todos os movimentos de contestação que se verificam ao longo do período, evidenciando o papel dos intelectuais. Contribui com estudo que serve para esclarecer melhor como e porque se fez a Independência.

Como se vê, é impossível resumir o que são as comunicações. O que se desejou foi apenas dizer o que contem e chamar a atenção para o que valem. Contribuem para o conhecimento do tema, embora nem sempre sejam originais. A reunião de duas brasileiras, um britânico e cinco norte-americanos foi feliz e a coletânea é de bom nível. Pode ser vista mesmo entre o que de importante se escreveu sobre a independência do Brasil. Como se disse no princípio, produziu-se muito, mas em tom comemorativo, muitas vezes sem sentido crítico. Esta edição resultou de encontro científico, não de uma academia para celebrar o fato, cantando-lhes as glórias, reais ou fictícias. Daí sua qualidade, que coloca o volume entre os de conteúdo válido, publicados de 1972 aos dias de hoje sobre o assunto. Tábua de cronologia, glossário e bem cuidado índice valorizam o texto.

FRANCISCO IGLESIAS.